

**CARVALHO, ANTONIO CARLOS DUARTE DE. FEITICEIROS,
BURLÕES E MISTIFICADORES. CRIMINALIDADE E MUDANÇA
DAS PRÁTICAS DE SAÚDE EM SÃO PAULO – 1950 A 1980.
SÃO PAULO: UNESP, 2005.**

Renata Palandri Sigolo
Universidade Federal de Santa Catarina

Fruto da tese de doutorado em História pela UNESP/ASSIS, defendida em 2001, o livro de Antonio Carlos Duarte de Carvalho é inovador em diferentes sentidos. Um dos mais significativos diz respeito à reflexão proposta pelo autor: ao contrário de nossos antepassados, nós já não possuímos intimidade com medicamentos e tratamentos populares que, anteriormente, eram de uso comum. Essa consideração nos faz avançar para outras hipóteses, também indicadas pela obra: nossa concepção de doença e cura também não é a mesma partilhada por gerações passadas e vemos menos sentido nas soluções apresentadas pela medicina popular.

Ao levantar tal problemática, Carvalho aponta para uma questão primordial nas recentes análises relacionadas à área da História da Saúde e das Doenças, que é considerar os processos de adoecimento e cura como eventos não só biológicos como também sociais; e entender o universo das concepções sobre saúde e doença como pertencentes a um contexto histórico, em que temos a oportunidade de analisar não a doença em si, mas o quanto ela nos faz perceber do meio social ao qual pertence num dado momento.

Nesse sentido, igualmente importante e inovador é o recorte temporal proposto pela pesquisa, 1950 a 1980. A maioria dos trabalhos relacionados à área concentra seus estudos nas últimas décadas do século XIX até a primeira metade do século XX. Assim, torna-se uma contribuição valiosa toda a pesquisa de qualidade que nos permita conhecer e compreender melhor períodos posteriores. A História da Saúde, como tema geral de pesquisa, ainda possui um vasto campo de investigação a ser explorado após os anos 1950.

Considerando a problemática e o seu contexto histórico, o autor lança alguns questionamentos que nos permitem refletir sobre o porquê das mudanças em nossa forma de encarar a saúde e a doença e sobre a busca de soluções para esta última. Uma pista está em acompanhar os caminhos traçados pela medicina erudita nos anos de 1950, 1960 e 1970, na incorporação dos conhecimentos popu-

lares de saúde. Nesse momento, depara-se com uma questão teórica de suma importância: podemos olhar a aproximação da medicina erudita e da medicina popular como uma incorporação, uma expropriação ou uma troca? Ao incorporar saberes populares de cura em sua prática, a biomedicina não promoveria uma forma de permanência desses saberes, ou deveríamos considerar esse processo como uma descaracterização de sua autonomia?

A hipótese central do trabalho encontra-se no fato de que a repressão e o cerceamento das práticas populares de cura parecem ter contribuído para a ascensão da biomedicina e o descrédito da medicina popular. Porém, essa repressão foi acompanhada de paulatina aproximação da primeira aos saberes desenvolvidos pela segunda. Assim, torna-se primordial compreender como se deu esse movimento, e o autor realiza uma reflexão teórica embasada em Thompson, Chartier e Bakhtin, que nos leva a concluir que a noção de circularidade cultural é a que melhor responde a esse questionamento.

Dessa maneira, o autor esclarece que não é apropriado tomarmos os termos *medicina erudita* e *medicina popular* como noções estanques. Tampouco torna-se interessante pensarmos ambas as categorias como pólos opostos e tratá-las com os rótulos de *vencedores* e *vencidos*, mas entendê-las como participantes de uma troca, em permanente construção e transformação, na qual ocorreram rupturas e continuidades, abandonos e incorporações de práticas.

Analisar o contexto da relação entre biomedicina e medicina popular como pertencente ao movimento de circularidade cultural não significa suavizar os embates ocorridos entre esses saberes. A violência ocorre tanto no âmbito de ações, como é o caso dos processos com a acusação de curandeirismo e prática ilegal da medicina, e suas conseqüentes sanções, como no universo simbólico, com a desqualificação da medicina popular e suas práticas através do discurso.

O processo de distanciamento dos doentes das práticas populares de cura teve como palco o período em que o país vivenciava o desenvolvimento de uma “sociedade de consumo”, incentivada por algumas diretrizes econômicas dos governos de JK até os militares. O contexto exigia a reeducação da população, em que médicos e folcloristas eram os principais agentes. Ambos concordavam com a idéia de que era necessário encaminhar o país rumo ao progresso, através de atitudes e ações que acompanhassem essa perspectiva.

Modernidade e progresso eram conceitos já existentes no imaginário brasileiro em fins do século XIX nos centros urbanos, mas tomou novos tons nos anos 50. O rápido crescimento urbano e a aceleração do processo de industrialização tornaram emergente um novo estilo de vida, em que ser moderno significava adotar um estilo de vida próprio de uma sociedade de consumo distan-

ciada de práticas consideradas características de um passado rural e “atrasado”, no qual se incluía a medicina popular.

Folcloristas e médicos possuíam diferentes visões sobre a medicina popular e seus adeptos. Ao se preocuparem em catalogar e analisar as práticas populares de cura, os folcloristas emitiam conceitos sobre quem eram, o que faziam e quais os motivos do sucesso dos “curandeiros”. A busca desses intelectuais por compreender a medicina popular teve como motivação a manutenção do folclore, e não a valorização das práticas populares de cura. A coleta desse tipo de dado serviu como mapa para intervenções autoritárias como os processos contra a prática ilegal da medicina.

Para embasar suas considerações a respeito das concepções dos folcloristas sobre a medicina popular, Carvalho revela mais uma contribuição de sua pesquisa: o trabalho metodológico com as fontes. Ao utilizar fotografias, o autor o faz sem o objetivo meramente ilustrativo e busca analisar diferentes aspectos dessa fonte, a fim de responder questões relacionadas à identidade dos agentes da medicina popular e como eles eram vistos pelos folcloristas.

A atuação médica junto às práticas populares de cura constitui o ponto central de análise da obra, também contribuindo extensamente para a compreensão metodológica do trabalho com diferentes tipos de documentos. O cuidado do autor com a análise de fontes, que pudessem levar à compreensão tanto do ponto de vista da biomedicina e da Justiça quanto dos “curandeiros”, é visível na organização dos capítulos, divididos através da tipologia dessas fontes.

Além de artigos em revistas especializadas e livros que pudessem proporcionar a observação do pensamento médico, processos-crime e acórdãos judiciais foram levantados e analisados. O material judiciário acabou por se revelar uma fonte rica na reconstrução da fala dos “curandeiros”, apesar do filtro da polícia. Permitiu, igualmente, constatar a existência de diferentes visões da justiça, que variavam de acordo com o grau de proximidade ou distanciamento entre juízes e réus.

Em suas análises, Carvalho constata que a intervenção médica junto às práticas populares de cura foi claramente repressiva, uma vez que encontramos vários processos por prática ilegal da profissão e “curandeirismo”. As instituições médicas, como Faculdades e Conselhos de Medicina, possuíam papel importante na denúncia dos casos. Entretanto, o autor detecta a existência de práticas e crenças semelhantes entre médicos e “curandeiros”, revelando a partilha de concepções sobre saúde e doença. Outra característica do período analisado é o abrandamento das punições às práticas da medicina popular, mais rigorosas nas décadas de 1930 e 1940. Ocorre, ainda, o deslocamento da perseguição aos curandeiros para os praticantes do exercício ilegal das profissões na área da saúde.

A aproximação da medicina erudita dos conhecimentos populares de cura

fez com que aquela adotasse práticas com legitimidade social, como é o caso da fitoterapia. Esse ato contribuiu para aproximar a biomedicina da população – que já possuía identidade com essa espécie de prática curativa, ao mesmo tempo em que esvaziava a procura pela medicina popular – e propiciou maior tolerância a ela por parte do aparato repressor.

A reflexão sobre a relação entre biomedicina e medicina popular, num período específico, nos permite compreender a relação entre ambas existente em nossa contemporaneidade. As questões indicadas por Antonio Carlos Duarte de Carvalho permanecem instigantes para se pensar o momento presente, em que a biomedicina ainda aparece, muitas vezes, como a redentora de todos os males, porém convive com outras práticas de cura que têm obtido cada vez mais espaço no cenário social.